



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

EDITAL Nº 145/2021/PROGEPE

Foz Do Iguaçu-PR, 12 de agosto de 2021.

O Pró-Reitor de Gestão de Pessoas da Universidade Federal da Integração Latino-Americana- UNILA, nomeado pela Portaria nº 102/2021/GR, tendo em vista a delegação de competência conferida pela Portaria nº 286/2020/GR e suas alterações, nos termos da legislação em vigor, torna pública a abertura de inscrições para Concurso Público destinado ao provimento de cargos da Carreira de Magistério Superior na Universidade Federal da Integração Latino-Americana, para o cargo de Professor do Magistério Superior, nas condições previstas neste Edital e demais instrumentos reguladores do Concurso:

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 Informações relativas a este concurso serão divulgadas no endereço eletrônico <https://documentos.unila.edu.br/concursos>.

1.2 As informações relativas ao plano de carreira e do cargo de Professor do Magistério Superior são as estabelecidas na Lei 12.772, de 28 de dezembro de 2012 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12772.htm)

1.3 As informações relativas ao regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais são as estabelecidas na Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112compilado.htm)

2 DA DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES

2.1 São inerentes ao cargo de Professor do Magistério Superior, as atividades acadêmicas pertinentes ao ensino, pesquisa e extensão que, indissociáveis, visem à aprendizagem, à produção do conhecimento, à ampliação e transmissão do saber e da cultura, o exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria instituição, além de outras previstas na legislação vigente e daquelas atinentes aos objetivos específicos da UNILA, conforme a Lei N.º 12.189 de 2010 que dispõe sobre a criação da Universidade.

3 DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA NO CARGO

3.1 O candidato aprovado será empossado se atender os seguintes requisitos:

- a) Ter idade mínima de 18 anos;
- b) Estar em dia com as obrigações eleitorais, caso brasileiro;
- c) Estar em dia com os deveres do Serviço Militar, para os candidatos brasileiros do sexo masculino;
- d) Encontrar-se em pleno gozo dos direitos políticos;
- e) Não estar incompatibilizado para nova investidura em cargo público federal, nos termos dispostos no artigo 137 da Lei 8.112/90;
- f) Possuir os documentos comprobatórios de titulação, para o exercício do cargo;

f.1) serão aceitos títulos obtidos no exterior desde que devidamente reconhecidos por instituição brasileira;

g) Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, conforme artigo 14, parágrafo único, da Lei n.º 8.112/90.

3.2 O candidato que não cumprir os requisitos do item 3.1 no ato da posse, perderá o direito à investidura no cargo.

4. DA VAGA

4.1. A vaga disponível está distribuída de acordo com o quadro abaixo:

Área de Conhecimento	Subárea de Conhecimento	Titulação Mínima	Carga Horária	Vagas
4.1.1 Geografia	Geografia Humana	Doutorado em Geografia ou áreas afins da Geografia	Dedicação Exclusiva	01

I - O diploma que não for correspondente à titulação exigida no item 4.1 para a área/subárea a que concorre será encaminhado ao curso/área da vaga para verificação do cumprimento do requisito.

4.2. A remuneração para os cargos deste edital para servidores da carreira de Professor do Magistério Superior será de acordo com os Anexos III e IV da Lei N.º 12.772/2012, conforme titulação e regime de 40 horas semanais com Dedicação Exclusiva:

Titulação	Classe	Denominação	Nível	Venc. Básico	RT	TOTAL
Doutorado	A	Adjunto A	I	R\$ 4.472,64	R\$ 5.143,54	R\$ 9.616,18

4.3. Ao candidato habilitado, independentemente da área específica em que tenha prestado o referido concurso, poderá ser designado para lecionar qualquer disciplina que tenha integralizado em sua formação acadêmica, bem como qualquer disciplina na área de conhecimento do concurso.

5. DA RESERVA DE VAGAS

5.1 A reserva de vagas para pessoas com deficiência e candidatos neoros, nos termos deste Edital, está em conformidade com a Lei n.º 8.112/1990, a Lei n.º 12.990/2014, o Decreto n.º 9.508/2018.

5.2 Os candidatos com deficiência e os candidatos neoros participarão deste concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, bem como horários de início, datas, locais de aplicação e nota mínima exigida, observados os dispositivos legais.

5.3 O candidato que desejar concorrer às vagas reservadas para candidatos com deficiência e/ou às vagas reservadas para candidatos negros deverão fazer a sua opção no Requerimento de Inscrição.

5.4 O candidato poderá desistir de concorrer às vagas reservadas até o final do período de inscrição, modificando seu Requerimento de Inscrição.

5.5 O percentual mínimo de reserva será aplicado ao total de vagas do edital.

5.6 Os candidatos às vagas reservadas concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso.

5.7 Os candidatos às vagas reservadas aprovados no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

5.8 Em caso de desistência do candidato aprovado em vaga reservada, essa vaga será preenchida pelo candidato concorrente à mesma reserva posteriormente classificado.

5.9 Na hipótese de não haver número suficiente de candidatos aprovados às vagas reservadas, estas serão revertidas para a ampla concorrência e poderão ser preenchidas por candidatos aprovados pela lista geral, observada a ordem de classificação no concurso.

5.10 DA RESERVA DE VAGA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA:

5.10.1 Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pelo inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal, de 1988, e pelo artigo 5.º da Lei 8.112/1990, pelo artigo 1.º, parágrafo 1.º do Decreto 9.508, de 2018, fica reservado o percentual mínimo de 5% e máximo de 20% das vagas oferecidas.

5.10.2 Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadrem nas categorias discriminadas no artigo 4.º, do Decreto n.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto n.º 5.296/2004.

5.10.3 Fica assegurada a adequação de critérios para a realização e a avaliação das provas de que trata o inciso III do artigo 3.º do Decreto 9.508/2018 à deficiência do candidato, a ser efetivada por meio do acesso a tecnologias assistivas e a adaptações razoáveis, observado o disposto no ANEXO DO DECRETO 9.508/2018.

5.10.4 O atendimento às condições especiais solicitadas no ato da inscrição ficará sujeito a análise de viabilidade e razoabilidade do pedido.

5.10.5 O candidato, ao declarar sua deficiência, especificando-a no Requerimento de Inscrição, estará ciente das atribuições do cargo para o qual pretende se inscrever e que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições, para fins de habilitação no estágio probatório, que também será acompanhado por equipe multiprofissional.

5.10.6 O candidato com deficiência que necessitar de condições especiais para a realização das provas deverá solicitá-lo no Requerimento de Inscrição, de maneira clara e objetiva.

5.10.7 O candidato que não realizar a inscrição conforme instruções constantes neste Edital, não poderá alegar a referida condição em seu benefício, não sendo, portanto, considerado Pessoa com Deficiência e não lhe será facultado impetrar recurso em favor de sua condição para concorrer à vaga reservada.

5.10.8 É obrigatório ao candidato autodeclarado PcD submeter-se à avaliação médica oficial para confirmação da alegada deficiência.

5.10.8.1 A convocação e a realização da Avaliação Médica Oficial serão atos que antecedem a nomeação do candidato.

5.10.8.2 Para realização de Avaliação Médica Oficial, o candidato deverá apresentar laudo médico original expedido no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos anteriores a esta, atestando a espécie e/ou grau, ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID), bem como a provável causa da deficiência.

5.10.8.3 Durante a Avaliação Médica Oficial, poderão ser solicitados laudos, exames ou relatórios complementares, emitidos por profissional de saúde atuante na área da deficiência declarada pelo candidato, os quais deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de solicitação;

5.10.8.4 Findada a referida avaliação, será disponibilizada cópia do laudo médico, o qual deverá ser apresentado pelo candidato no ato de realização do exame admissional, para fins de avaliação da compatibilidade da deficiência com o cargo a ser assumido pelo candidato;

5.10.8.5 O exame admissional de que trata o item anterior ocorrerá após a nomeação do candidato para provimento no respectivo cargo público, em data e horário a ser agendado pela Administração.

5.10.8.6 O candidato que não for considerado pessoa com deficiência, para fins de investidura em cargo público, ou que deixar de apresentar documentos solicitados durante a avaliação médica oficial, ou ainda faltar à avaliação médica oficial será removido da listagem de pessoa com deficiência e passará constar somente na lista de classificação da ampla concorrência;

5.10.9 Após a nomeação ao cargo, a deficiência apresentada no Requerimento de Inscrição para concorrência à vaga destinada à pessoa com deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria.

5.11 DA RESERVA DE VAGAS PARA CANDIDATOS NEGROS

5.11.1 Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição no concurso público, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

5.11.2 A LEI N. 12.990, DE 09 DE JUNHO DE 2014 trata da reserva de vagas aos candidatos negros e determina que 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da União.

5.11.2.1 A reserva de vaga será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no concurso público for igual ou superior a 3 (três), conforme disposto no Art. 1.º, §1º DA LEI N. 12.990, DE 09 DE JUNHO DE 2014.

5.11.2.2 Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 5.11.2, deste Edital, resulte em número fracionado, este será elevado até o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5, ou diminuído para o número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5, nos termos do § 2.º DO ARTIGO 1.º DA LEI N. 12.990, DE 09 DE JUNHO DE 2014.

5.11.3 Para concorrer às vagas reservadas, o candidato deverá indicar, em campo específico do Requerimento de Inscrição, que deseja concorrer às vagas destinadas a candidatos negros (pretos ou pardos), na forma da LEI N. 12.990, DE 09 DE JUNHO DE 2014.

5.11.3.1 A autodeclaração do candidato goza da presunção relativa de veracidade e será confirmada mediante procedimento de heteroidentificação;

5.11.3.2 O procedimento de heteroidentificação, complementar à autodeclaração dos candidatos negros, seguirá os princípios e diretrizes estabelecidos na PORTARIA NORMATIVA Nº 4 DE 06 DE ABRIL DE 2018 e será realizada por comissão criada especificamente para este fim.

5.11.4 Os candidatos que não assinalarem a opção referida no subitem 5.11.3 passarão a concorrer somente às vagas de ampla concorrência.

5.11.5 O candidato aprovado em vaga reservada a negros será convocado para o procedimento de heteroidentificação, em momento anterior à nomeação.

5.11.5.1 A verificação da veracidade da autodeclaração será feita por comissão designada para tal fim, com competência deliberativa a qual irá considerar, tão somente, os aspectos fenotípicos dos candidatos, sendo que esta verificação deverá ser realizada obrigatoriamente com a presença do candidato.

5.11.5.2 O procedimento de heteroidentificação poderá ser promovido de forma telepresencial, mediante utilização de recursos de tecnologia de comunicação e será gravado.

5.11.5.3 Será eliminado o candidato aprovado em vaga reservada a negros cuja autodeclaração não for confirmada pela comissão no procedimento de heteroidentificação, independentemente de alegação de boa-fé.

5.12 Na hipótese de constatação de declaração falsa emitida por candidato aprovado em vaga reservada, após a nomeação do candidato, este ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

6 DA DEFINIÇÃO DAS VAGAS RESERVADAS

6.1 A definição da vaga reservada ocorrerá por sorteio a ser realizado na data definida no ANEXO I - Cronograma.

6.1.1 O sorteio que definirá a vaga reservada ocorrerá por videoconferência de acesso público.

6.1.2 Os interessados poderão acompanhar o sorteio no endereço <https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/dics-unila>.

6.1.3 O resultado do sorteio será divulgado em edital e a gravação será disponibilizada no Portal de Documentos da Unila (<https://documentos.unila.edu.br/>).

7 DA INSCRIÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO

7.1 A inscrição será efetuada mediante preenchimento de formulário *online*, disponível no endereço eletrônico <https://sig.unila.edu.br/sigrh/public/home.jsf> (Menu Concursos - Concursos Abertos).

7.2. Período de Inscrição conforme disposto no ANEXO I - Cronograma.

7.3. A taxa de inscrição é de R\$ 215,00.

7.4. O pagamento da GRU deverá ser realizado até o vencimento da guia.

7.5. Os candidatos estrangeiros deverão observar as instruções para pagamento da GRU disponível no site para <https://portal.unila.edu.br/concursos>.

7.6 Após inscrição realizada, conforme item 7.1, a senha para acesso à área do candidato seguirá para o e-mail cadastrado.

7.7 Serão aceitas alterações no formulário até o encerramento do período de inscrições, sendo consideradas válidas apenas as informações da última inscrição de cada área/subárea.

7.8 Não serão aceitas inscrições realizadas pessoalmente, via fax e/ou via correio eletrônico.

7.9 As informações prestadas na solicitação de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato.

7.10 Os candidatos que se inscreverem para mais de uma vaga ou concurso distinto, caso haja, deverão estar cientes que a UNILA não se responsabiliza por eventuais problemas de coincidência de datas e/ou horários de provas.

7.11 A inscrição do candidato implicará ciência e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas em edital de abertura e suas alterações.

7.11.1 É de responsabilidade do candidato acompanhar as publicações no Portal de Documentos da Unila (<https://documentos.unila.edu.br/>).

8 DA ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

8.1 A Lei 13.656, de 30 de abril de 2018 isenta do pagamento de taxa de inscrição em concursos para provimento de cargo efetivo ou emprego permanente em órgãos ou entidades da administração pública direta e indireta da União, o candidato que:

- a) os candidatos que pertençam a família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), do Governo Federal, cuja renda familiar mensal per capita seja inferior ou igual a meio salário-mínimo nacional;
- b) os candidatos doadores de medula óssea em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde.

8.2 Para usufruir tal direito, o candidato deverá realizar a sua inscrição no prazo estabelecido no ANEXO I - Cronograma.

8.2.1 O candidato que deseja solicitar isenção com base na alínea a, do item 8.1, deverá observar os seguintes passos:

- a) acessar o sítio <https://sig.unila.edu.br/sigrh/public/home.jsf> (Menu Concursos), no qual estará disponível o Formulário de inscrição;
- b) preencher integralmente o Formulário de acordo com as instruções nele constantes, informando o Número de Identificação Social - NIS, atribuído pelo CadÚnico (Decreto nº 6.135/2007);
- c) declarar no próprio Formulário que atende às condições estabelecidas na alínea "a" do item 8.1 deste edital;
- d) enviar eletronicamente e imprimir o comprovante;

8.2.2 O candidato que deseja solicitar isenção com base na alínea b, do item 8.1, deverá observar os seguintes passos:

- a) acessar o sítio <https://sig.unila.edu.br/sigrh/public/home.jsf> (Menu Concursos), no qual estará disponível o Formulário de inscrição;
- b) preencher integralmente o Formulário de acordo com as instruções nele constantes;
- c) enviar, no prazo previsto no item 8.2, o documento que comprove sua condição de doador de medula óssea em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde para o e-mail: concursos@unila.edu.br.

8.3 As informações prestadas são de inteira responsabilidade do candidato, o qual estará sujeito às sanções previstas em lei acaso constatada má-fé por meio da utilização de declaração falsa, aplicando-se, ainda, o disposto no Parágrafo Único do Art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979.

8.4 Sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o candidato que prestar informação falsa com o intuito de usufruir da isenção de que trata o art. 1º estará sujeito a:

- I - cancelamento da inscrição e exclusão do concurso, se a falsidade for constatada antes da homologação de seu resultado;
- II - exclusão da lista de aprovados, se a falsidade for constatada após a homologação do resultado e antes da nomeação para o cargo;
- III - declaração de nulidade do ato de nomeação, se a falsidade for constatada após a sua publicação.

8.5 Para o candidato isento será validada, apenas, a última inscrição realizada.

8.6 Serão desconsiderados os pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição ao candidato que não solicitar a isenção no prazo estabelecido no edital de abertura e/ou comprovar renda familiar mensal superior a três salários mínimos, seja qual for o motivo alegado.

8.7 O Número de Identificação Social - NIS, de que trata a alínea "b" do item 8.2.1, deve estar no nome do candidato interessado, não sendo admitido o NIS de terceiros.

8.7.1 Não será aceito o número de protocolo de cadastro nos Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, sendo admitido apenas o Número de Identificação Social - NIS definitivo.

8.8 Aos candidatos solicitantes de isenção de taxa conforme item 8.2.2 será gerada GRU automaticamente pelo sistema e poderá ser desconsiderada em caso de deferimento de isenção de inscrição.

8.9 O resultado das solicitações de isenção será divulgado no endereço eletrônico <https://documentos.unila.edu.br/concursos>, conforme ANEXO I - Cronograma.

8.9.1 Não serão aceitos pedidos de reconsideração/recurso do indeferimento da isenção.

8.10 O candidato cuja solicitação de isenção for indeferida poderá, ainda sim, efetuar o pagamento da inscrição, conforme prazo indicado no item 7.2 do presente edital.

9 DA HOMOLOGAÇÃO DA INSCRIÇÃO

9.1 O edital de publicação provisório das inscrições será divulgado no prazo de até 6 (seis) dias úteis, após o encerramento das inscrições.

9.2 O candidato poderá interpor recurso da decisão de indeferimento de sua inscrição no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da divulgação das inscrições.

9.3 A Divisão de Concursos e Seleções tem o prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data de protocolo dos documentos, para decidir sobre os recursos interpostos referentes ao indeferimento das inscrições.

9.4 Não será deferida inscrição do candidato que:

a) Efetuar o pagamento com valor inferior ao estipulado, resultante de erro do candidato;

b) Efetue o pagamento fora do prazo estipulado neste Edital.

9.5 A relação dos candidatos que tiverem suas inscrições homologadas será publicada no endereço eletrônico <https://documentos.unila.edu.br/concursos> no prazo de até 10 (dez) dias úteis, após o encerramento das inscrições.

10 DA REALIZAÇÃO DOS CONCURSOS

10.1 As provas serão realizadas na unidade Unila Jardim Universitário, na cidade de Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil.

10.2 As provas não poderão ser realizadas em período inferior a 4 (quatro) meses contados da data de publicação do edital do concurso.

10.2.1 As provas têm previsão de ocorrer nas datas definidas no ANEXO I - Cronograma, podendo ser alterada conforme a necessidade.

10.3 A realização do concurso dar-se-á pelas seguintes etapas, realizadas nesta ordem:

a) Ato de Instalação do Concurso.

b) Prova Escrita, de caráter eliminatório.

- c) Leitura da Prova Escrita.
- d) Prova Didática, de caráter classificatório.
- e) Prova Prática, quando houver, de caráter classificatório.
- f) Análise de Títulos e Currículo, de caráter classificatório.
- g) Defesa da Proposta de Atuação Acadêmica, de caráter classificatório.
- h) Divulgação dos Resultados.

10.3.1 Para a Prova Escrita, a banca considerará, para fins de avaliação: organização e clareza da exposição; domínio teórico e conceitual do tema proposto; e coerência de argumentação.

10.3.2 Para a Prova Didática, a banca considerará, para fins de avaliação: domínio do conteúdo; organização e uso adequado dos recursos didáticos; e adequação do tempo de exposição.

10.4 O não comparecimento do candidato a qualquer uma das etapas mencionadas no item 10.3, com exceção das alíneas "f" e "h", implicará na sua eliminação do concurso.

10.5 As Bancas Examinadoras serão compostas de 3 (três) membros e serão divulgadas em edital específico, na página: <https://documentos.unila.edu.br/concursos>.

11 DO ATO DE INSTALAÇÃO DO CONCURSO

11.1 O Ato de Instalação do Concurso dar-se-á em sessão pública, com a presença da Banca

Examinadora, constituindo-se em:

- I. apresentação da Banca Examinadora e investidura na presidência por professor designado para esta função;
- II. identificação dos candidatos e assinatura da lista de presença;
- III. apresentação dos pontos de avaliação, observando o item 11.4 do presente Edital;
- IV. apresentação do cronograma preliminar de atividades e das provas;
- V. sorteio da ordem de apresentação dos candidatos nas provas públicas;
- VI. apresentação da pontuação atribuída a cada critério de avaliação adotado para as etapas de Prova Escrita e Prova Didática.

11.2 Serão aceitos para a identificação citada no inciso II do item 11.1 os seguintes documentos:

- a) Carteira de Identidade - RG.
- b) Carteira Nacional de Habilitação - CNH.
- c) Carteira de Trabalho e Previdência Social.
- d) Carteira Profissional, emitida por conselhos regionais ou federações trabalhistas.
- e) Passaporte.
- f) Carteira de Registro Nacional Migratório - CRNM (antigo RNE).

11.2.1 Em caso de perda ou roubo dos documentos, o candidato deverá apresentar Boletim de Ocorrência no ato de identificação, citado no inciso II do item 11.1.

11.3 Será automaticamente eliminado do concurso o candidato ausente ou aquele que não portar documento de identidade com foto.

11.4 A Banca Examinadora deverá adotar os programas publicados no Edital como pontos de avaliação das provas ou elaborar pontos que sejam subtópicos dos mesmos, desde que, quando elaborados, sejam criados subtópicos para todos os tópicos.

12 DAS PROVAS, DO JULGAMENTO E DA CLASSIFICAÇÃO

12.1 As provas poderão ser realizadas em língua portuguesa ou espanhola, exceções feitas às provas da área de língua espanhola adicional e da área de língua portuguesa adicional as quais deverão ser, obrigatoriamente, escritas nos idiomas correspondentes à área avaliada.

12.2 As etapas "c", "d" "g" e, quando for o caso, "e", do item 10.3, serão gravadas em vídeo ou áudio.

12.3 Para a prova escrita, que possui caráter eliminatório, haverá uma nota final na escala de 0 (zero) a 10 (dez), a qual será constituída pela média aritmética simples das notas atribuídas pelos 03 (três) examinadores ao candidato, calculada até a segunda casa decimal, sem arredondamento.

12.4 Será habilitado para as etapas subsequentes à Prova Escrita o candidato que obtiver nota igual ou superior a 7 (sete) na Prova Escrita, observado o limite máximo de candidatos aprovados constante no ANEXO II Limite de Aprovados, conforme Decreto nº 9.739/2019.

12.4.1 Nenhum dos candidatos empatados na última classificação de aprovados na Prova Escrita será considerado reprovado.

12.5 Nas demais etapas do concurso haverá uma nota na escala de 0 (zero) a 10 (dez), a qual será constituída pela média aritmética simples das notas atribuídas pelos 03 (três) examinadores ao candidato, calculada até a segunda casa decimal, sem arredondamento.

12.6 A Nota Final (NF) do candidato será calculada da seguinte maneira: **$NF = (NPE + NPD + NDA + NAT) / 4$** , onde:

NPE = Nota da Prova Escrita

NPD = Nota da Prova Didática

NDA = Nota da Defesa da Proposta de Atuação Acadêmica

NAT = Nota da Análise de Títulos e Currículo

12.7 A etapa de leitura da prova escrita, defesa de memorial será realizada em sessão pública.

12.8 É vedado o anúncio público de quaisquer notas antes da Divulgação dos Resultados.

12.9 A classificação dos candidatos obedecerá à ordem decrescente da respectiva Nota Final (NF), considerando-se classificados apenas os candidatos que não receberem nota 0 (zero) em nenhuma das etapas "d", "f" e "g" do item 10.3.

12.10 Os critérios de desempate serão:

a) Maior idade, no caso de candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme Art. 27, parágrafo único da Lei 10.741 de 2003 (Estatuto do Idoso).

b) Maior nota na Prova Escrita.

c) Maior nota na Prova Didática.

d) Maior nota na Defesa de Proposta de Atuação Acadêmica.

- e) Maior nota da Análise de Títulos e Currículo.
- f) Maior idade entre aqueles com idade inferior a 60 anos

13 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

13.1 As provas escrita e didática serão compostas de questões cujo conteúdo será selecionado dentre os tópicos abaixo:

Área/Subárea: 4.1.1 Geografia/Geografia Humana

1. O pensamento geográfico na primeira metade do século XX.
2. A questão do método e o pensamento social crítico.
3. Região e regionalização: processos e teorias.
4. Técnica e espaço geográfico.
5. Agricultura e uso do território.
6. Modernizações do território latino-americano.
7. Cidade-Campo e Rural-Urbano como elementos da análise geográfica.
8. Geografia Política e Geopolítica: território e poder na América Latina.
9. Globalização e compartimentação do espaço geográfico.

14 DA PROVA ESCRITA E DA LEITURA DA PROVA ESCRITA

14.1 Da relação de programas publicados, conforme item 13 do presente Edital, será sorteado um único ponto para todos os candidatos, sendo o mesmo excluído da lista de pontos para o sorteio da Prova Didática.

14.2 A prova terá duração de 05 (cinco) horas.

14.3 Durante a primeira hora após o início da prova, será permitida somente a consulta de material bibliográfico impresso, inclusive cópias, de livros e artigos publicados, previamente aprovado pela Banca Examinadora.

14.4 Os materiais de consulta não deverão conter anotações feitas pelo candidato.

14.5 Decorrida a primeira hora da prova:

- a) somente as anotações efetuadas durante o período de consulta poderão ser utilizadas e deverão ser anexadas ao texto final;
- b) será proibida a utilização de qualquer material bibliográfico e/ou equipamento eletrônico, sob pena de eliminação do candidato.

14.6 O texto definitivo da Prova Escrita deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

14.6.1 Todas as páginas da Prova Escrita deverão ser rubricadas e paginadas pelo candidato.

14.7 A prova entregue pelo candidato, no prazo de 5 (cinco) horas, será colocada em envelope individual opaco, o qual será lacrado e rubricado pelo presidente da Banca Examinadora e pelo candidato, permanecendo guardado sob a responsabilidade da Divisão de Concursos e Seleções, sendo aberto apenas no ato da Leitura da Prova Escrita.

14.8 A sequência de leitura das provas de cada candidato será definida por sorteio, realizado no Ato da Instalação do Concurso.

14.9 A Leitura da Prova Escrita será feita pelo candidato em sessão pública, em voz alta e fiel ao texto, não cabendo interpretação pelo candidato.

14.10 Finalizada a etapa de Leitura da Prova Escrita, a Banca Examinadora se reunirá em sessão fechada para a avaliação das provas e posterior divulgação dos candidatos classificados para as próximas etapas.

14.11 Quando for o caso, a Banca Examinadora definirá e divulgará a dinâmica da realização da Prova Prática, até a divulgação do resultado da Prova Escrita.

15 DA PROVA DIDÁTICA:

15.1 Poderão realizar a Prova Didática apenas os candidatos classificados na Prova Escrita.

15.2 A Prova Didática será pública, exceto aos demais candidatos, com duração de 40 (quarenta) a 50 (cinquenta) minutos.

15.3 A não observância do tempo previsto no item 15.2 afetará a nota a ser atribuída ao candidato.

15.4 Da relação de pontos, excluído o ponto sorteado na Prova Escrita, cada candidato sorteará seu ponto, 24 (vinte e quatro) horas antes do início de sua prova.

15.5 O sorteio de que trata o item anterior deverá ser realizado em sessão pública e cada ponto sorteado será incluído novamente na lista de pontos para sorteios posteriores.

15.6 No decorrer do período de 24 (vinte e quatro) horas entre o sorteio do ponto e o início da Prova Didática de cada candidato, não se realizará nenhum ato ou prova que envolva a presença do mesmo.

16 DA DEFESA DA PROPOSTA DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

16.1 A Proposta de Atuação Acadêmica consiste em um plano de trabalho que descreva as atividades de ensino, pesquisa e extensão a serem desenvolvidas pelo candidato na UNILA, no âmbito da área de conhecimento específico e que busque contemplar a vocação e a missão da Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

16.2 A Proposta de Atuação Acadêmica deverá ter até 20 (vinte) páginas de tamanho A4, letra Arial, tamanho 11 (onze) ou Times New Roman, tamanho 12 (doze) e espaçamento entre linhas 1,5 (um e meio).

16.3 A Defesa da Proposta de Atuação Acadêmica será realizada em sessão pública, exceto aos demais candidatos.

16.4 O candidato terá até 20 (vinte) minutos para a exposição, cabendo à Banca Examinadora definir a dinâmica da defesa.

16.5 Na Defesa da Proposta de Atuação Acadêmica, o candidato será arguido pela Banca Examinadora sobre a mesma, bem como sobre outras questões que a banca julgar pertinentes.

16.6 O tempo total desta etapa do concurso não poderá ultrapassar 90 (noventa) minutos.

17 DA ANÁLISE DE TÍTULOS E CURRÍCULO

17.1 A Análise de Títulos e Currículo será realizada em sessão reservada apenas aos membros da banca examinadora.

17.2 A análise consiste na avaliação do currículo documentado, conforme QUADRO DE PONTUAÇÕES PARA A PROVA DE TÍTULOS E DE CURRÍCULO

17.3 Na análise a que se refere o item 17.2, somente serão pontuados os títulos, atividades e produções devidamente comprovados.

17.4 Os títulos obtidos no exterior deverão ser apresentados com tradução juramentada em português, à exceção dos documentos em língua espanhola e portuguesa.

18. QUADRO DE PONTUAÇÕES PARA A PROVA DE TÍTULOS E DE CURRÍCULO

18.1. TITULAÇÃO (Pontuação Máxima: 3,0 pontos)

Título	Pontos
18.1.1 - Doutorado ou Livre-Docência na área de conhecimento do concurso	3,00 pontos
18.1.2 - Doutorado ou Livre-Docência em área correlata à área de conhecimento do concurso	2,00 pontos
18.1.3 - Mestrado na área de conhecimento do concurso	1,50 pontos
18.1.4 - Mestrado em área correlata à área de conhecimento do concurso	1,00 ponto

18.1.5 Somente a maior titulação será considerada para fins de pontuação.

18.2. PRODUÇÃO INTELECTUAL E ARTÍSTICA PUBLICADA OU REGISTRADA NOS ÚLTIMOS 10 (DEZ) ANOS (Pontuação Máxima: 3,00 ponto)

Produção	Pontos
18.2.1 - Livro na área de conhecimento do concurso, publicado por editora com conselho editorial	Até 0,50 por livro
18.2.2 - Livro em outra área de conhecimento, publicado por editora com conselho editorial	Até 0,30 por livro
18.2.3 - Organização de livro com conselho editorial na área	Até 0,20 por livro
18.2.4 - Capítulo de livro na área de conhecimento do concurso, publicado por editora com conselho editorial	Até 0,20 por capítulo

18.2.5 - Capítulo de livro em outra área de conhecimento, publicado por editora com conselho editorial	Até 0,10 por capítulo
18.2.6 - Artigo em periódico indexado na área de conhecimento do concurso (Qualis A)	Até 0,50 por artigo
18.2.7 - Artigo em periódico indexado na área de conhecimento do concurso (Qualis B1 e B2)	Até 0,30 por artigo
18.2.8 - Artigo em periódico indexado na área de conhecimento do concurso (Qualis B3 e B4)	Até 0,15 por artigo
18.2.9 - Artigo publicado em periódicos fora do qualis e indexados	Até 0,10 por artigo
18.2.10 - Artigo publicado em periódico não indexado	Até 0,05 por artigo
18.2.11 - Trabalho completo publicado em Anais de congressos	Até 0,10 por artigo

18.3. ATIVIDADES DIDÁTICAS NOS ÚLTIMOS 10 (DEZ) ANOS (Pontuação Máxima: 3,0 pontos)

Atividade	Pontos
18.3.1 - Disciplina ministrada em curso de graduação na área de conhecimento do concurso	0,20 pontos por semestre
18.3.2 - Disciplina ministrada em curso de pós-graduação na área de conhecimento do concurso	0,30 pontos por semestre
18.3.3 - Orientação de trabalho de conclusão de curso de graduação	0,10 por orientação concluída
18.3.4 - Orientação de dissertação de mestrado	0,20 por orientação concluída

18.3.5 - Orientação de tese de doutorado	0,40 por orientação concluída
--	-------------------------------

18.4. DEMAIS ATIVIDADES NOS ÚLTIMOS 10 (DEZ) ANOS (Pontuação Máxima: 1,00 ponto)

Atividade	Pontos
18.4.1 - Coordenação de curso de graduação ou de pós-graduação, ou chefia de departamento	0,20 pontos por ano
18.4.2 - Membro nomeado em comissões e conselhos acadêmicos	0,10 pontos por ano
18.4.3 - Atuação como editor de revista acadêmica	0,20 por revista (máximo de 0,60 ponto)
18.4.4 - Consultoria a agência de fomento de pesquisa científica e tecnológica	0,05 por agência (máximo de 0,30 ponto)
18.4.5 - Exercício profissional não docente na área do concurso	0,20 por ano
18.4.6 - Pós-doutorado concluído na área de conhecimento do concurso	0,20 por semestre até um máximo de 1,00

18.5. DOCUMENTAÇÃO PARA COMPROVAÇÃO

18.5.1 Poderão ser utilizados para fins de comprovação dos itens a serem pontuados:

- a) títulos: diplomas; certificados de conclusão;
- b) livros: capa do livro e ficha catalográfica;
- c) capítulos de livros: capa do livro; ficha catalográfica e primeira página do capítulo;
- d) artigos e resumos impressos: capa da revista; ficha catalográfica; sumário e primeira página do artigo;
- e) artigos e resumos digitais: primeira página do material;
- f) experiência didática (semestres ou disciplinas lecionadas) e profissional:

I. Declaração do setor de recursos humanos, especificando as matérias lecionadas, ou período de contrato, ou carteira de trabalho, em caso de empresa privada.

II. Declaração do setor de recursos humanos, especificando as matérias lecionadas, mais contrato de trabalho, em caso de ex-professor visitante ou substituto de órgão público, ou publicação em Diário Oficial do extrato do contrato.

III. Declaração do setor de recursos humanos, especificando as matérias lecionadas, mais publicação em Diário Oficial da nomeação, em caso de ex-professor de carreira de órgão público, ou somente publicação em Diário Oficial caso o vínculo não seja de professor.

19 DA DIVULGAÇÃO, RECURSOS E HOMOLOGAÇÃO DOS RESULTADOS

19.1 A Divulgação dos Resultados ocorrerá após o término das avaliações.

19.2 A Banca Examinadora fará a divulgação de todas as notas e médias finais, bem como da classificação e habilitação dos candidatos.

19.3 A Banca Examinadora deixará com a Divisão de Concursos e Seleções as atas e documentos produzidos durante o Concurso, no término do certame.

19.4 O candidato terá até 2 (dois) dias úteis, após a divulgação do resultado da Prova Escrita, para interposição de recurso mediante formulário padrão, disponível na secretaria da Divisão de Concursos e Seleções e, também, no site: <https://portal.unila.edu.br/concursos>.

19.4.1 O formulário deverá ser protocolado junto à secretaria da Divisão de Concursos e Seleções, que o submeterá à Comissão Recursal.

19.4.2 Não serão aceitos recursos enviados por e-mail.

19.5 O candidato terá até 5 (cinco) dias, após a divulgação dos demais resultados do concurso, para interpor recurso mediante requerimento formal fundamentado, protocolado na Divisão de Concursos e Seleções.

19.6 Das decisões da Comissão Recursal caberão, em última instância, recursos dirigidos ao Reitor, que também devem ser protocolados na Divisão de Concursos e Seleções .

19.7 Os recursos deverão estar devidamente fundamentados, com apontamento de irregularidade legal ou inobservância das normas pertinentes ao concurso, sendo indeferido, preliminarmente, recurso extemporâneo, inconsistente, que não atenda às exigências e especificações do edital.

19.8 Não serão aceitos recursos fora do prazo estabelecido no presente edital, e igualmente aqueles que não atendam o Art. 63 da Lei No 9.784 de 1999.

19.9 As decisões dos recursos serão enviadas aos impetrantes pela Divisão de Concursos e Seleções no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do encerramento do prazo de envio.

19.10 Em hipótese alguma será reconhecido pedido de revisão de recurso após protocolado junto à Divisão de Concursos.

19.11 O resultado da Divulgação dos Resultados do concurso poderá ser alterado em função dos recursos julgados procedentes.

19.12 A resposta do recurso será enviada digitalmente via e-mail ao candidato.

19.13 Após o término do prazo para interpor recurso, ou, após o julgamento dos que foram protocolados, o processo do certame será revisado e analisado pela Divisão de Concursos e Seleções a fim de realizar parecer técnico para subsidiar a homologação do resultado final.

19.13.1 Após parecer técnico, se positivo, será encaminhado para homologação e posterior publicação no Diário Oficial da União.

19.13.2 Após parecer técnico, se negativo, será tomada as devidas providências para regularização do processo e posterior homologação e publicação no Diário Oficial da União.

20 DO PROVIMENTO DA VAGA

20.1 Os candidatos às vagas reservadas deverão observar o item 5 do presente Edital.

20.2 A relação de documentos e exames necessários para a posse será enviada por e-mail ao candidato nomeado. Os formulários e documentos também podem ser encontrados no site: <https://portal.unila.edu.br/progepe/pessoal/documentos-para-posse>.

20.3 Quando da posse, o candidato deverá apresentar os diplomas referentes à titulação exigida em Edital e demais documentos necessários para a nomeação, bem como submeter-se-á às normas estabelecidas pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

20.4 Os títulos obtidos no exterior deverão estar reconhecidos/revalidados, por instituição de ensino brasileira no momento da posse.

20.5 Não poderá tomar posse o candidato penalizado por infringência ao Art. 117, Incisos IX e XI, e ao Art. 132, Incisos I, IV, VIII, X e XI, da Lei Nº 8112 de 1990, nos termos do Art. 137 da mesma lei.

20.6 As nomeações dos candidatos obedecerão ao limite de vagas existentes, podendo o número de vagas ser ampliado durante o prazo de validade do concurso.

20.7 Havendo desistência de candidatos nomeados, a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas procederá, durante o prazo de validade do concurso, às nomeações necessárias, seguindo rigorosamente a ordem de classificação estabelecida no Edital de Homologação do Resultado Final do concurso, conforme vaga disponível e demanda da área do concurso

20.8 O candidato nomeado terá 30 (trinta) dias corridos para tomar posse, contados da data de publicação da Portaria no Diário Oficial da União e 15 (quinze) dias corridos, a partir da data da posse, para entrar em exercício

20.9 A nomeação dos candidatos ficará condicionada à existência de recursos financeiros e dar-se-á na forma estabelecida em Lei, dentro do prazo de validade do Concurso Público.

21 DO REGIME DE TRABALHO

21.1 O candidato nomeado será regido pela Lei Nº 8.112 de 1990 e pela Lei Nº 12.772 de 2012 e posteriores alterações.

21.2 Durante o período de 36 (trinta e seis) meses a contar da data de entrada em exercício, o servidor será submetido a processo avaliativo de desempenho para fins de estabilidade no cargo, conforme normas da Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

22 DO PRAZO DE VALIDADE DOS CONCURSOS

22.1 Os concursos terão validade de 24 (vinte e quatro) meses, a partir da publicação do Edital de Homologação do Resultado Final no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogados por igual período.

23 DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 Poderão ser aproveitados para nomeação, candidatos aprovados em outros concursos de outras Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), bem como a UNILA poderá disponibilizar para outras Instituições Federais de Ensino Superior candidatos aprovados neste concurso, observados sempre a ordem de classificação e o disposto na Portaria 475/87- MEC, consultado o interesse da administração.

23.2 O Edital de Homologação do Resultado Final do concurso constitui-se no único documento capaz de comprovar a classificação do candidato.

23.3 O acompanhamento dos editais, avisos e comunicados referentes ao concurso público é de responsabilidade exclusiva do candidato, sobre os quais não poderá alegar desconhecimento.

23.4 A infringência de qualquer disposição normativa, a inexatidão das afirmativas e/ou a falsidade de documentos, verificadas a qualquer tempo, implicará na anulação da inscrição e de todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de eventuais sanções civis e penais cabíveis.

23.5 Os casos omissos serão julgados pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

23.6 Os documentos, entregues pelos candidatos durante a realização do concurso, estarão disponíveis para retirada pelo prazo de até 2 (dois) anos, posteriores à homologação do resultado final do concurso no Diário Oficial da União.

23.6.1 Os documentos somente poderão ser retirados pessoalmente, pelo candidato, ou por outra pessoa, com procuração para tal, reconhecida em cartório.

23.6.2 Os documentos não retirados no prazo do item 23.6 serão descartados pela UNILA.

23.7 Informações adicionais estarão disponíveis no endereço eletrônico <https://portal.unila.edu.br/concursos> e <https://documentos.unila.edu.br/concursos> ou poderão ser solicitadas para concursos@unila.edu.br.

ANEXO I - CRONOGRAMA

Sorteio de vaga reservada	13/08/2021 14:00 (horário de Brasília)
Período de Inscrições	16/08/2021 a 17/10/2021.
Pedidos de Isenção da Taxa de Inscrição	16/08/2021 a 19/09/2021.
Divulgação das Isenções	Até 01/10/2021.

Divulgação das Inscrições	22/10/2021.
Prazo para recurso das Inscrições	05 dias após a divulgação das inscrições
Homologação das Inscrições	Até 04/11/2021.
Divulgação da Banca Examinadora	Até 02/12/2021.
Previsão das Provas	de 13/12/2021 a 17/12/2021.
Divulgação do Resultado Final Provisório	Até 20/12/2021.
Prazo para recurso do Resultado Provisório	05 (cinco) dias após a divulgação do resultado.
Homologação do Resultado Final	Até 10/01/2022.

ANEXO II

QUANTIDADE DE VAGAS X QUANTIDADE MÁXIMA DE CANDIDATOS APROVADOS

Vagas previstas na Subárea	Máximo de candidatos aprovados na subárea
1	5
2	9
3	14
4	18
5	22

6	25
7	29
8	32
9	35
10	38
11	40
12	42
13	45
14	47
15	48
16	50
17	52
18	53
19	54
20	56
21	57

22 ou 23	58
24	59
25 a 29	60
30 ou mais	dobro da quantidade de vagas

(Assinado digitalmente em 12/08/2021 18:04)

FERNANDO KENJI NAMPO

PRO-REITOR(A) - TITULAR

CHEFE DE UNIDADE

PROGEPE (10.01.05.23)

Matrícula: 2961240

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.unila.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **145**, ano: **2021**, tipo: **EDITAL**, data de emissão: **12/08/2021** e o código de verificação: **4c052e27ab**